



Operações “tapa-buraco” são soluções insuficientes e insustentáveis

Jornal da Universidade / 4 de junho de 2024

Artigo | Para Luciane Franke, da Faculdade de Ciências Econômicas, o desastre pode se tornar uma oportunidade de novas respostas aos impactos crescentes das mudanças climáticas

*Foto: Flávio Dutra/JU

Como diversas pesquisas sinalizaram, as enchentes que inundam o Rio Grande do Sul são a concretização de uma tragédia anunciada: os efeitos das mudanças climáticas serão cada vez mais extensos e intensos. Conforme o Center for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED) da Universidade Católica de Louvain, no período de 2003 a 2022, ocorreram, em média, 369 desastres naturais por ano. Em 2023, o número foi de 399, representando um aumento de 8,1% em relação à média dos vinte anos anteriores.

No Rio Grande do Sul, o aumento da frequência dos desastres naturais foi acompanhado pelo aumento da intensidade. O estado registrou enchentes expressivas em setembro e novembro de 2023, além de tempestades em janeiro de 2024, culminando com o desastre que começou com chuvas intensas nos últimos dias de abril e se tornou, em maio de 2024, a maior tragédia climática registrada na história da região.

O rastro de destruição deixado em setembro de 2023 estava em processo de reconstrução, configurando uma verdadeira grande operação “tapa-buraco”, ou seja, ações públicas, privadas e comunitárias para retomar atividades econômicas e infraestrutura básica para a circulação de pessoas e mercadorias nas principais vias.

Entretanto, o novo desastre de maio de 2024, ainda em curso, apresentou-se ainda mais intenso e extenso em sua capacidade de destruição. Com isso, ficaram escancaradas falhas em processos de planejamento, coordenação e gestão de crises, mas, sobretudo, a falta de investimentos públicos estratégicos e insuficiência na articulação entre instituições de pesquisa e dados na gestão pública.

A realidade dramática se impõe e questões emergenciais tomam conta dos noticiários e das redes sociais, **nem sempre na forma de fatos**. A urgência de questões práticas concentra a maioria dos esforços em salvar vidas, organizar centros de acolhimento e tudo o que estes envolvem, desobstruir vias de trânsito, realizar atendimentos médicos, entre outros aspectos essenciais.

Ao lado da resposta imediata, é fundamental repensar o que será feito além das operações “tapa-buraco”. Se a sociedade assim o desejar, o desastre pode tornar-se uma oportunidade de exigir novas respostas e, portanto, impor novas soluções, que envolvem repensar a forma de reprodução e sustentação da vida social e econômica. Entre outros aspectos, essa revisão envolve uma compreensão mais madura da discussão quanto ao papel do Estado como agente promotor de desenvolvimento econômico, por meio da gestão e liderança nos investimentos, alinhado à realidade climática para se falar verdadeiramente em cidades inteligentes.

Mesmo que o setor privado permaneça no papel de pautar ações econômicas, cada vez mais, ele se vê diante da necessidade de considerar a manutenção da vida. E esta última envolve a atuação do Estado. Se, à primeira vista, a ideia do “povo salvando o povo” representa um desabafo diante de questões emergenciais e expressa convicções de certos setores presos ao ideário do neoliberalismo, ela também é indicativa de um clamor.

Ao refletir, essa ideia se inviabiliza à medida que esse mesmo “povo” tem poder de atuação limitado, especialmente no longo prazo, seja pela necessidade de retomar suas atividades pessoais e profissionais, seja pelo desgaste físico e psicológico, entre outras razões. Nesse caso, as instituições governamentais devem assumir suas responsabilidades.

Como já referido no manifesto **“A Reconstrução do Rio Grande do Sul”**, organizado por um grupo de professores da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS, a tragédia humanitária de 2024 exige ações coordenadas entre governos, setor produtivo e sociedade para enfrentar a crise imediata e promover a reconstrução a longo prazo, necessitando novas fontes de financiamento e marcos institucionais. Entre essas ações, torna-se fundamental, por exemplo, falar da capitalização do BRDE, do Badesul e do Banrisul e da criação de uma fundação de estudos estratégicos do Rio Grande do Sul. Essas recomendações do manifesto ilustram dois eixos que estão presentes nos principais ambientes mundiais de formuladores de políticas públicas: investimento e pesquisa.

O investimento público é importante pela sua complementaridade com o **investimento privado**, pela capacidade de indução e promoção do **aumento da produtividade**, além da sua fundamental relevância nos projetos de infraestrutura, na criação de **externalidades positivas** e na provisão de bens públicos. Para isso, além dos investimentos liderados diretamente pelos governos, as instituições públicas que atuam nesse segmento devem ser fortalecidas por meio de sua capitalização, aumentando sua capacidade de mobilizar recursos que serão necessários no processo de reconstrução.

Para a tomada de decisão assertiva e eficiente, em uma realidade de recursos escassos, tanto em termos financeiros quanto de tempo para a sustentabilidade da reprodução da vida, as decisões devem ser baseadas em informações e dados consistentes, confiáveis e organizados para atender com detalhamento às demandas existentes, além de avaliação de riscos potenciais. Nesse sentido, o estabelecimento de uma fundação de estudos estratégicos, que seja reflexo da tradição do Rio Grande do Sul na educação e do corpo técnico e docente qualificado de suas universidades, que estão entre as melhores do país, valoriza a produção de inteligência estratégica local, além de aproveitar a curva de aprendizagem que essas universidades já possuem em seu **background**.

Por fim, reforça-se a ideia central desta reflexão: as boas intenções e a agilidade de ações “tapa-buraco”, mais do que nunca, neste momento, são apenas isso, soluções momentâneas. A emergência climática nos força a pensar em soluções eficientes e sustentáveis no longo prazo que necessitam de pesquisa e financiamento.

Luciane Franke é doutora em Economia do Desenvolvimento e professora substituta no Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



O debate sobre o gerenciamento de recursos hídricos



Cheias: precisamos recuperar a vegetação em metade das margens de rios



Carta aos leitores | 05.06.24



Receita catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas

[View on Instagram](#)

:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



Movimento de plataformação do trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



Atuação do NESA-IPH frente às inundações



A presença negra num bairro riograndino



Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

